

Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930*

Petrônio José Domingues

Resumo

Este artigo investiga o fenômeno do branqueamento, tanto no seu aspecto populacional quanto ideológico. Analisa de que maneira a denominada “ideologia do branqueamento” penetrou no meio negro em São Paulo no período do pós-abolição. O argumento central é de que esta ideologia — apesar de seu caráter racista — foi legitimada ou assimilada, cotidianamente, por setores da população negra. Com efeito, a assimilação desta ideologia converteu-se num mecanismo de inserção psicossocial dos negros em um mundo dominado pelos brancos.

Palavras-chave: negro, racismo, branqueamento, preconceito.

* Este texto é a versão parcial e reajustada de um dos capítulos da minha dissertação de mestrado, intitulada *Uma História Não Contada. Negro, Racismo e Trabalho no Pós-Abolição em São Paulo (1889-1930)*, FFLCH/USP, 2001. Agradeço às valiosas sugestões dos(as) pareceristas da revista para a melhoria deste artigo.

Abstract

Negroes Having White Souls? The Whitening Ideology in the Interior of the Black Community in São Paulo, 1915-1930

This article investigates the phenomenon of whitening, in its population and ideological aspects. It analyzes how the so-called “whitening ideology” entered in the Negro areas of São Paulo in the period after the abolition. The main focus is to show that this ideology, in spite of its racist characteristic, was legitimated and assimilated by parts of this black population in everyday life. The assimilation of this ideology has become a mechanism of psycho-social insertion of black people in a world ruled by white ones.

Keywords: Negro, racism, whitening, prejudice

Résumé

Des Noirs à l'Âme Blanche? L'Idéologie du Blanchiment de la Peau à l'Intérieur de la Communauté Noire de São Paulo, 1915-1930

Cet article questionne de phénomène du blanchiment, tant selon son aspect populationnel qu'idéologique. On y analyse comment ce que l'on a nommé « l'idéologie du blanchiment » a pénétré le milieu noir, à São Paulo, dans la période qui a suivi l'abolition de l'esclavage. L'argument de base est le fait que cette idéologie, malgré son côté raciste, à été légitimée et assimilée quotidiennement par des secteurs de la population noire. En effet, l'assimilation de cette idéologie, n'est transformée en un mécanisme d'insertion psychosociale des noirs dans un monde dominé par les blancs.

Mots-clés: noir, racisme, blanchiment, préjugé.

Mordendo na sola,
Empunha o martello
Não queiras, com *brancos*,
Metter-te a tarelo.
Que o *branco* é mordaz,
Tem *sangue azulado*.
Se boles com elle
Estás *embirado*.
Sciencias e lettras
Não são para ti
Pretinho da Costa
Não é gente aqui.

Desculpa, meu caro amigo
Eu nada te posso dar;
Na terra que rege o *branco*,
Nos privam até de pensar!...
“No Álbum”, Luís Gama

1. Branqueamento: O Conceito-Chave para a Compreensão das Relações Raciais e/ou do Racismo no Brasil

Embora seja tido como um conceito-chave para a compreensão das “relações raciais” e/ou do racismo no Brasil, há relativamente pouca reflexão teórica sobre aquilo que vem sendo chamado de branqueamento. [...] Nos trabalhos mais recentes, a maioria dos autores usa a expressão “ideologia do branqueamento” para enfatizar o fato de que, com esse termo, querem descrever um discurso ideológico. Mas também é comum pesquisadores que insistem nesse refinamento conceitual recorrerem ao mesmo termo para expressar um “branqueamento concreto” da cor da pele da população. Ou seja, ocorre com frequência que as reflexões sobre essa temática carecem de uma distinção rigorosa entre análise do discurso ideológico e análise da realidade empírica. (Hofbauer, 1999:10)

Como adverte Andreas Hofbauer, o branqueamento é uma categoria analítica que vem sendo usada com mais de um sentido. O branqueamento ora é visto como a interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda do seu

ethos de matriz africana, ora é definido pelos autores como o processo de “clareamento” da população brasileira, registrado pelos censos oficiais e previsões estatísticas do final do século XIX e início do XX. Para evitar confusão no momento de operar com tais conceitos, adotaremos neste artigo a seguinte divisão metodológica: na primeira parte, revelaremos de que maneira o branqueamento era concebido como um fenômeno populacional da “realidade empírica” e, na segunda, exploraremos seus aspectos ideológicos.¹

2. Branquear São Paulo Já: A Morte Premeditada dos Filhos e Netos de Escravos

O branqueamento é uma das modalidades do racismo à brasileira. No pós-abolição este fenômeno era retratado como um processo irreversível no país. Pelas estimativas mais “confiáveis”, o tempo necessário para a extinção do negro em terra *brasilis* oscilava entre 50 a 200 anos. Essas previsões eram difundidas, inclusive, nos documentos oficiais do governo, como, por exemplo, no censo de 1920, materializado no texto de apresentação de Oliveira Vianna (1922). Este texto é uma prova cabal de que o governo era avalista do projeto de branqueamento.² Salientamos, todavia, que o objetivo era menos o branqueamento genotípico e mais o “clareamento” fenotípico da população. Em São Paulo, a situação não foi diferente: o ideal de branqueamento da população constituiu-se numa das vertentes ideológicas assumidas pelo pensamento racista da *Belle Époque*.

Na virada do século XIX para o XX, o ideal de branqueamento da população paulista era correspondido, aparentemente, de forma muito notória pelo censo populacional, marcado justamente pela diminuição assustadora da população negra. Pelo menos esse era o caso da capital, como se vê na tabela a seguir.

Os números são reveladores. Pelo censo de 1872, os negros (pretos e mulatos) correspondiam a 37,2% da população da cidade de São Paulo. Já em 1893, o percentual era de 11,1% e, pelas estimativas de 1934, esse percentual declinava para 8,5%. Portanto, o desaparecimento do negro, ou branqueamento da população, era um dos fenômenos estatístico mais evidentes do quadro racial de São Paulo. Diversos observadores estrangeiros descreveram o fenômeno em suas viagens pelo estado. O inglês Maurício Lamberg foi um desses casos: em seu diário, fez questão de registrar que a

População da Cidade de São Paulo segundo a “Composição Racial”

Ano	Negros (pretos e mulatos)	Branços	Caboclos	total
1872	11 679 37,2%	18 834 60,0%	872 2,8%	31 385 100%
	escravos (3 828) 14,7%			
1886	10 275 21,5%	36 334 76,2%	1 088 2,3%	47 697 100%
	escravos (593) 1,2%			
1890	10 842 16,6%	53 204 81,9%	888 1,3%	64 934 100%
1893	14 559 11,1%	115 726 88,5%	490 0,4%	130 775 100,0%
1910	26 380* 11%	-	-	239 820 100%
1920	52 112* 9%	-	-	579 033 100%
1934	90 110* 8,5%	-	-	1 060 120 100%

Fonte: Diversos Censos. Cf. Fernandes (1978:18,21,23,24,108); Bastide e Fernandes (1959:36,43,46).

*Número estimado.

mestiçagem desencadeava a supressão progressiva do negro no estado:

Há muito quem affirme que a raça negra aqui está desaparecendo, isto custa a creditar, quando se considera a prolifíc(l)ação das famílias negras. Pode-se admittir, que com o tempo se extingua; mas não por morte, sim pelo cruzamento com caboclos, mulatos e brancos. (Lamberg, 1896:50)

Pierre Denis, um francês que conheceu São Paulo no início do século XX, também endossava, empiricamente, a tese do branqueamento: “apesar de não haver estatísticas, parece certo que a população está hoje em plena regressão no estado de São Paulo. O fim da escravatura levou á eliminação rápida do operario negro (Denis, 19?? [1909]:158).

Segundo este autor, a classe dirigente paulista “empenhava-se para que a população branca aumentasse” (*ibidem*:167). Realmente, esta foi a tônica da política racial do estado. Entre 1890 e 1929, entraram em São Paulo 1.817.261 imigrantes brancos. A europeização demográfica da cidade chegou ao ponto de, em 1897, haver dois italianos para cada brasileiro.

Entrada de Imigrantes no Estado de São Paulo entre 1827 e 1929

Ano	Número de Imigrantes
1827-1884	37.481
1885-1889	168.127
1890-1899	735.076
1900-1909	388.708
1910-1919	480.509
1920-1929	712.436
Total	2.522.337

Fonte: “Movimento Imigratório do Estado de São Paulo”. *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração*, nº1, São Paulo, 1937.

Instalou-se um círculo vicioso. A entrada em massa de imigrantes brancos reforçava as teses de branqueamento, que, por sua vez, clamavam por mais imigrantes. Estas teses eram propaladas, intensamente, em diversas obras em São Paulo. Por isso, passamos, neste instante, a avaliar uma amostra desta produção intelectual.

A primeira obra a ser analisada, sucintamente, é o clássico *Retrato do Brasil*, publicada originalmente em 1928, de Paulo Prado (bacharel em Direito, fazendeiro e empresário). Herdeiro da tradição aristocratizante da elite paulista, este intelectual advogava neste livro a perspectiva de arianização do país:

O que se chama a arianização do habitante do Brasil é um fato de observação diária. Já com 1/8 de sangue negro, a aparência africana se apaga por completo: é o fenômeno do *passing*, dos Estados Unidos. E assim na cruzada continua de nossa vida, desde a época colonial, o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a falsa aparência de ariano puro. (Prado, 1944:167)

Em uma conjuntura na qual a classe dominante franqueou uma fé “religiosa” no branqueamento, o mestiço, dependendo do grau de pigmentação da pele, era classificado como quase-branco,

semibranco ou sub-branco e tratado de forma diferenciada do negro retinto, porém não era considerado um quase-negro, seminegro ou subnegro. Em outras palavras, podemos afirmar que a mestiçagem era via de mão única. No cruzamento do branco com o negro, necessariamente, contava-se com o “clareamento” gradual e permanente da pessoa, mas jamais se cogitava a hipótese de que a mestiçagem gerava o “enegrecimento” da população.

Em artigo na *Revista do Brasil*, intitulado “Branços de toda Cor”, de 1923, João Ribeiro, na qualidade de um “arguto observador”, também profetizava de forma muito otimista o branqueamento do estado de São Paulo e do país, com sua subjetiva estimativa de tempo: “Dentro de cinquenta anos, a parte uma pequena fracção retro-atafica de typos negróides, teremos uma população plausivelmente mais branca que a da península ibérica” (Ribeiro, 1923:378).

Entusiasta do processo de mestiçagem do país, este intelectual entendia que a originalidade do mestiço branqueado estava em se aproximar do tipo ariano: “Eis, pois, a largos traços a situação e a qualidade do homem branco no Brasil, com a sua coloração progressiva de ariano de boas origens” (*idem*).

Realizando uma pesquisa sobre as condições de saúde, alimentação e habitação, Alfredo Ellis Júnior, formado em direito, político, professor de sociologia e história da futura Universidade de São Paulo (USP), no livro *Populações Paulistas*, escrito em 1930, fazia um prognóstico dramático para a comunidade negra do planalto paulista: o negro estava caminhando à extinção, num prazo de 40 ou no máximo 50 anos:

Em 1872, os negros e mulatos constituíam no território paulista 62% da população, em 1923, passaram a ser apenas 16%. De 1919 a 1929, o crescimento vegetativo de São Paulo, foi em percentagem: Brancos — 102,9%; Pardos — 0,24%; Amarelos — 0,21%; Negros — teve um saldo negativo de -2,86%. (Ellis Júnior, 1934:100-117)

As causas pontuadas para o crescente “*déficit*” do negro eram: a diminuição assombrosa da natalidade, o aumento da mortalidade e, em último lugar, sua inadaptação ao planalto paulista. Na avaliação de Alfredo Ellis Júnior, as causas do *déficit* eram de natureza fisiológica, ou seja, eram provenientes das deficiências étnicas do negro: “estou convencido de que o negro, mesmo educado, não pode nivelar-se ao branco”. Já no livro *Pedras Lascadas*, originalmente publicado em 1928, este autor explica de que maneira

dois fatores da natureza — clima e altitude — estariam contribuindo para acelerar a morte da coletividade negra:

No referente á questão de clarificação das nossas populações, ou da sua europeização, não é somente a imigração que tem agido nesse sentido. Em São Paulo, o negro vae desaparecendo muitissimo mais rapidamente do que nas demais regiões. Não será tanto, pela mestiçagem, e por consequentemente por absorpção que esse phenomeno se dá [...]. A principal causa do rapido desaparecimento do negro de São Paulo, repousa em outros fatores.

A tendencia notoria do negro para o alcoolismo, é sem duvida uma força eliminadora e enfraquecedora potente de individuos dessa raça, mas não é ella a principal.

A meu ver a causa primarcial do desaparecimento do negro, sem deixar vestigios de monta, repousa em duas origens que se conjugam, de clima e de altitude, as quaes no Negro, geram a tendência á tuberculose e á outras affecções do aparelho respiratorio, que os elimina rapidamente, a ponto de não poderem ser absorvidos pela mestiçagem, não ficando delles signaes, portanto. (Ellis Junior, 1933:197)

Além da tuberculose, a sífilis era outra epidemia que, segundo Alfredo Ellis, devastava o meio negro. Mas, apesar do rigor “científico”, este intelectual estava sendo tendencioso em seus prognósticos. Segundo os dados da Seção de Estatística Demográfico-Sanitária de São Paulo, entre 1918 e 1928, o crescimento vegetativo do negro era negativo, ou seja, a taxa de mortalidade, nestes 10 anos, superava a taxa de natalidade, como podemos observar:

Natalidade e Mortalidade da População da Cidade de São Paulo em 1918*

Cor	Habitantes	taxa de natalidade	Habitantes	taxa de mortalidade	Habitantes	taxa de nati-morto
Branca	16.994	95,2	13.251	89,47	807	87,2%
Parda	541	3,0	730	4,93	69	7,5%
Preta	317	1,8	787	5,31	48	5,2%
Ignorada	-	-	43	0,29	1	0,1%
Total	17 852	100,00	14 811	100,00	925	100,0

Fonte: *Anuario Demographico. Seção de Estatística Demographo-Sanitaria*, São Paulo, Typ. do Diario Official, 1920, vol. 1, pp. 52, 65, 97.

* Proporção em 100 óbitos.

**Natalidade e Mortalidade da População da
Cidade de São Paulo em 1920***

Cor	Habitantes	taxa de natalidade	Habitantes	taxa de mortalidade	Habitantes	taxa de nati-morto
Branca	18.806	95,44	9.464	89,58	1.051	94,2%
Parda	619	3,14	555	5,25	40	3,6%
Preta	279	1,42	546	5,17	25	2,2%
Total	19.704	100,00	10.565	100,00	1.116	100,0

Fonte: *Ibidem*, pp. 57, 73, 103.

* Proporção em 100 óbitos.

**Natalidade e Mortalidade da População da
Cidade de São Paulo em 1922***

Cor	Habitantes	taxa de natalidade	Habitantes	taxa de mortalidade	Habitantes	taxa de nati-morto
Branca	16.878	94,8	10.106	88,1	930	87,6%
Parda	555	3,1	653	5,7	93	8,8%
Preta	365	2,1	669	5,8	38	3,6%
Amarela	-	-	45	0,4	-	-
Total	17.798	100,00	11.473	100,00	1.061	100,0

Fonte: *Ibidem*, 1922, pp. 62, 81, 109.

* Proporção em 100 óbitos.

**Natalidade e Mortalidade da População da
Cidade de São Paulo em 1924***

Cor	Habitantes	taxa de natalidade	Habitantes	taxa de mortalidade	Habitantes	taxa de nati-morto
Branca	21.907	94,46	11.404	86,66	1.199	86,57%
Parda	852	3,67	817	6,20	145	10,46%
Preta	372	1,60	843	6,40	40	2,89%
Amarela	60	0,25	38	0,28	1	0,07%
Ignorada	-	-	56	0,42	-	-
Total	23.191	100,00	13.158	100,00	1.385	100,00

Fonte: *Ibidem*, 1924, pp. 45, 57, 113.

* Proporção em 100 óbitos.

Natalidade e Mortalidade da População da Cidade de São Paulo em 1926*

Cor	Habitantes	taxa de natalidade	Habitantes	taxa de mortalidade	Habitantes	taxa de nati-morto e
Branca	24 465	94,00	12 401	88,09	1331	83,67%
Parda	1 036	3,98	853	6,05	187	11,76%
Preta	444	1,71	789	5,60	66	4,14%
Amarela	80	0,31	32	0,22	7	0,43%
Ignorada	-	-	2	0,01	-	-
Total	26 025	100,00	14 077	100,00	1591	100,00

Fonte: *Ibidem*, 1926, pp. 42, 52, 114.

* Proporção em 100 óbitos.

Natalidade e Mortalidade da População da Cidade de São Paulo em 1928*

Cor	Habitantes	taxa de natalidade	Habitantes	taxa de mortalidade	Habitantes	taxa de nati-morto
Branca	27 110	93,36	12 662	85,7	1375	83,63%
Parda	993	3,41	1 022	6,9	141	8,57%
Preta	819	2,82	1 030	7,0	122	7,42%
Amarela	116	0,39	56	0,4	5	0,30%
Total	29 038	100,00	14 770	100,00	1644	100,00

Fonte: *Ibidem*, 1929, pp. 48, 62, 128, 129.

* Proporção em 100 óbitos.

Decréscimo da População Negra de São Paulo

Déficit	1918	1920	1922	1924	1926	1928
Preto	-3,51%	- 4,28%	- 3,7%	- 4,8%	- 3,89%	- 4,18%
Pardo	-1,93%	- 2,11%	- 2,6%	- 2,53%	- 2,07%	- 3,49%

Embora o *déficit* afetasse drasticamente o “estoque” negro entre 1918 e 1928 (em proporção que oscilava de 1,93% a 4, 8% por ano), não existiam elementos suficientes para se fazer qualquer previsão segura e irrefutável quanto ao futuro étnico do estado.³ Alfredo Ellis se equivocou em suas análises, porque as razões do saldo vegetativo negativo do negro não era sua pretensa inferioridade biológica, mas uma decorrência dos problemas sociais que assolavam este povo, dos quais os principais eram: as condições desumanas de moradia, as doenças, o desemprego, o alcoolismo, o

abandono do menor, dos velhos, a mendicância, subnutrição, criminalidade e a mortalidade infantil.⁴ Estimava-se que três quintos da população negra da capital nessa época vivia em estado de penúria, “promiscuidade e desamparo social” (Fernandes, 1978:147). Assim, os dados coligidos permitiam apenas termos uma certeza: a desigualdade racial nos indicadores da saúde pública quanto aos índices de natalidade e mortalidade (tanto infantil quanto adulta) era abissal, penalizando terrivelmente a população negra em São Paulo no início do século XX.

3. A Ideologia do Branqueamento no Meio Negro

3.1. *O branqueamento de ordem moral e/ou social*

É plausível assinalar que o ideal de branqueamento entrou na ofensiva em São Paulo no início do século XX, sendo desenvolvido intensamente pelos publicistas e alcançando, entre outras coisas, penetração no meio negro. Como assinalamos anteriormente, neste instante analisaremos a dimensão ideológica do branqueamento.

Para legitimar sua dominação, parafraseando Karl Marx, a “raça branca” precisa que as demais raças e grupos étnicos, inclusive os negros, assimilem seus valores e passem a se comportar, pensar, sentir e agir conforme sua ideologia racial.⁵ Por isso, a hipótese desenvolvida no curso deste artigo é a seguinte: uma fração da população negra em São Paulo no início do século XX aceitou conceber-se nos moldes impostos pela ideologia racial da elite branca, uma vez que avaliavam, em larga escala, o processo de branqueamento como fenômeno natural e inevitável. A análise de uma das principais lideranças da comunidade negra da época é sintomática:

Até é lícito afirmar se há em São Paulo, muito mais acentuada que no resto do Brasil, uma ideologia no tocante à população escura, preta; [...] a tendência é, por conseguinte, a branquificação, fato não só histórico como biológico, concorde ao comportamento tradicional da sociedade brasileira. Há, portanto, um entendimento tácito, de absorção das pequenas minorias raciais e de, por meio de cruzamentos até estimulados, diluir o sangue negro. Em pouco mais de dois séculos, talvez, esteja concluído o processo assimilador [...]. (Raul Joviano do Amaral, *O Negro na População de São Paulo* apud Fernandes, 1978: 112)

Investigaremos de que maneira tais negros, em vez de despirem o caráter racista desta ideologia, passaram a propagá-la no interior da própria comunidade.

O branqueamento moral e/ou social estava fundado na aquisição ou assimilação⁶ pelo negro de atitudes e comportamentos presumivelmente “positivos” do branco. Para conquistar a “Segunda Abolição”, por exemplo, um articulista — que se apresentava como antigo militante negro — escreveu um artigo no jornal da “imprensa branca”,⁷ apregoando a necessidade de os negros se espelharem nas ações políticas dos brancos:

Seguir os brancos nas suas conquistas e iniciativas felizes [...] será o marco inicial da segunda redempção dos negros [...].
Salientamos que a sua liberdade não foram eles [negros] que conseguiram. As tentativas que emprehenderam mallograram desastrosamente. E da mão do branco que odiavam receberam a liberdade dos seus sonhos! (*Folha da Manhã*, São Paulo, 12/1/1930).

Segundo o autor deste artigo, o negro não tinha personalidade própria, era incapaz de forjar um projeto político e ideológico alternativo. Daí a necessidade da adoção do estilo de vida do branco, acompanhado de sua maneira de ser, estar e ver o mundo. Mais: o negro devia seguir todas as normas do código de conduta moral do “branco”.

O patrulhamento da comunidade era permanente. Em “Carta Aberta” publicada no jornal da “imprensa negra”,⁸ *Alfinete* (12/10/1918), este era o tom:

O Salão Lyra — Ah! diariamente realizam-se bailes de maxixe que na maioria dançam mulheres brancas, que não se deixam de compartilhar as nossas patricias a nossa vergonha, e, a nossa raça ficar completamente desmoralizada.
Não se deve frequentar o celebre salão Lyra.
A nossa raça deve procurar outra convivência...

No início do século XX, os “freges” eram bailes públicos que reuniam a “escória” da sociedade: negros e brancos das camadas populares, vadios, gatunos, prostitutas, câftens. Eram espécies de gafieiras, das quais se destacava o *Bando Prêto*, onde predominava o maxixe.⁹ O casal dançava agarrado, rebolando, em movimentos sensuais, ritmados ao som da música. Nos “freges” quebravam-se as normas sociais do “bom tom”. A bebida, a licenciosidade, o despudor, a descontração e libertinagem reinavam. Daí a veemência com que estes bailes eram reprovados.

Na ótica dos negros branqueados social e moralmente, o salão Lyra era um desses antros de depravação na cidade, devendo ser evitado pelas mulheres negras: “a nossa raça deve procurar outra convivência...”. Elas deviam se recusar a freqüentar espaços cujos bailes executavam músicas de “preto”, como o maxixe. Quem não obedecesse, seria severamente punido: “Foram eliminadas deste Centro, as Senhoritas Benedicta Vasconcellos e Bicota, por frequentarem os bailes publicos de maxixe, no Colombo” (*O Alfinete*, 9/3/1919).

O Centro Recreativo Smart (uma associação recreativa negra) aplicava sanções rigorosas para quem não cumprisse o estatuto do clube. Pelo simples fato de terem freqüentado bailes que executavam músicas de “preto”, essas mulheres foram expulsas da entidade. Os bailes públicos de maxixe eram considerados incompatíveis com os ditames do puritanismo da elite negra.¹⁰ Os ataques eram impiedosos com:

[...] as negras sem-vergonhas que fazem ponto nos quatro cantos entre as ruas Silva Pinto da Graça e Três Rios, embriagam-se e depois fazem uma algazarra do diabo, tudo por causa de macho. Criam vergonha, suas negras sem cabellos. (*A Sentinella*, 10/10/1920)

Desta vez, a ira voltava-se para as “damas” que no carnaval vestiam-se de mulheres de apaches:

Echos do carnaval. Moças que se fantasiavam de mulheres de apaches. Apaches é um individuo vagabundo e ladrão, que vive nas tabernas, premeditando assaltos e crimes.

Que serão as mulheres dos apaches? Nada mais nem nada menos do que uma desgraçada rameira e ladra que só serve para vergonha da cidade em que habita.

Estou certo que esse meu appello, ha de ficar gravado no coração dos paes de muitas moças e meninas, jamais permitindo que as suas filhas ou parentes, enverguem essas fantasias, que muito depõem contra nosso meio social. (Horacio da Cunha, *O Alfinete*, 9/3/1919)

Em Paris, apache era a patulêia, um indivíduo perigoso e cruel, explorador de mulheres; malfeitor, ladrão. E como os negros da elite se espelhavam nos centros culturais da civilização européia, sobretudo a França, compreende-se o preconceito “anti-apacheano”. Apesar de ser uma simples fantasia e fazer parte das festividades carnavalescas, não se admitia que mulher negra assumisse um personagem que, no plano simbólico, subvertia a moral branca.

As ofensivas moralistas se dirigiam, da mesma maneira, às manifestações musicais genuinamente negras, como o samba:

O negro ainda conserva a dança característica de rythmos grotescos e barbaros, que nos foram transmitidos pelos africanos ao som dos “batusques”, “quigengues” e “pandeiros”, instrumentos de sonoridades insípidas, mas bem rythmadas, que os fazem pular, voltear, numa sensualidade selvagem, verdadeiramente africana. E assim atravessam uma noite toda ao clarão de uma fogueira, que ao amanhecer só resta brasileiro e cinza. (*O Patrocínio*, 19/10/1930, Piracicaba)

O artigo emprega definições extremamente pejorativas para caracterizar ritmos e dança de “preto”: “grotescos”, “bárbaros”, “selvagens” etc. Negava-se tudo que tivesse referência ao mundo negro: forma de andar, falar, dançar, gingar, forma de se vestir, cabelo, tradições culturais e religiosas.¹¹ O repúdio a tais valores culturais era, provavelmente, um recurso de diferenciação social da plebe negra.

Ao assimilarem os valores sociais e/ou morais da ideologia do branqueamento, alguns negros avaliavam-se pelas representações negativas construídas pelos brancos. Era necessário ser um “negro da essencia da brancura”.¹² Por isso, desenvolveram um terrível preconceito em relação às raízes da negritude. Aliás, a recusa da herança cultural africana e o isolamento do convívio social com os negros da “plebe” eram duas marcas distintivas dos negros “branqueados socialmente”:

Parece incrível [...] que possa existir pessoas que, não obstante ser de origem Africana, julgam-se Franceza: como acontece com a Senhorita A. C. da Rua dos Gusmões, que apesar de não pertencer a raça Caucasiana julga-se branca, e escurece os pretos. (*O Alfinete*, 22/9/1918)

Os ataques, agora, eram desferidos contra o consumo de álcool:

Li há dias num jornal de Sorocaba que uma sociedade recreativa d'aquela cidade deliberou, em reunião, abolir o uso de bebidas alcoolicas por ocasião de suas festas, permittindo tão somente o uso das bebidas sem alcool, como sejam: Nectar, Sisi, Gazosa e etc.

Abolindo o alcool do seio das nossas sociedades, e mesmo das mezas do nosso lares, muito conseguiremos em favor da nossa classe de côr.

Creio não haver nisto offensa alguma, pois, simplesmente o ideal de quem estas linhas subscreve, é ver os seus irmãos no lado d'aquelles que sabem presar a sua côr, amar a virtude e desprezar o vício.¹³

Para se afirmar nos valores considerados nobres pela sociedade inclusiva, o negro não devia ingerir bebida alcóolica, assim como não devia jogar, drogar-se, frequentar o ambiente da malandragem. Pelo contrário, devia defender sem tréguas a moral e os

bons costumes da classe dominante, ser religiosamente católico, honrado, regrado e cumpridor de seus deveres. Condenava-se a boêmia, a prostituição, as religiões de matriz africana, a prática da capoeira, o samba, enfim, o negro devia possuir um comportamento puritano.

É importante salientar que todas as prédicas moralistas supracitadas neste tópico foram extraídas dos jornais da denominada “imprensa negra”. Pelo prisma de Roger Bastide, a imprensa negra vai ser no Brasil o principal instrumento do puritanismo “preto”:

Os sociólogos norte-americanos estudaram muito bem esse puritanismo nos Estados Unidos; viram nele o sinal da ascensão racial, a característica da formação de uma classe média, a linha de separação da plebe de cor, preguiçosa, alcoolizada, supersticiosa, imoral e da aristocracia da raça, instruída, trabalhadeira, vivendo na dignidade e na respeitabilidade. Fenômeno análogo produz-se no Brasil. (Bastide, 1951:71)

Continuando amparados nas reflexões de Roger Bastide, constatamos que o puritanismo se apresenta, antes de mais nada, nas manifestações exteriores da etiqueta burguesa. Historicamente, o comportamento puritano está vinculado ao desenvolvimento da burguesia e sua adoção tornou-se um critério de ingresso dos indivíduos na pequeno-burguesia (*ibidem*:72). O puritanismo, aliás, praticamente passou a definir o estilo de vida da pequeno-burguesia. Por isso, a fração mais elitizada dos negros paulistas o incorporou com tanta veemência ao seu estilo de vida. O puritanismo da elite negra paulista, reiteramos, foi um mecanismo sobretudo de distinção social, que é típico de grupos em ascensão.

Por sinal, o discurso puritano não era uma característica exclusiva da imprensa negra na época.¹⁴ Perpassava, outrossim, pela imprensa alternativa dos anarquistas e das “colônias” étnicas radicadas em São Paulo. Tanto nas associações culturais e recreativas negras quanto nas anarco-sindicalistas e dos imigrantes, a moralização dos costumes, a valorização da educação, o combate ao alcoolismo, o controle do comportamento dos indivíduos, estendia-se das páginas dos jornais até os bailes.¹⁵

3.2. Branqueamento estético

A carga ideológica do branqueamento se expressava totalmente no terreno estético. O modelo branco de beleza, considerado padrão, pautava o comportamento e a atitude de muitos negros assimilados.¹⁶ Coletamos alguns anúncios e depoimentos que

mostravam o desejo do negro de eliminar seus traços negróides, a fim de se aproximar, no plano das aparências, ao branco (nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, cútis clara).

Um exemplo do “branqueamento estético” foram as consecutivas inserções publicitárias nos jornais, tanto da “imprensa negra” quanto da “imprensa branca”. Voltado para atender às vontades dos consumidores negros, o enfoque era sempre o mesmo:

Uma invenção maravilhosa!...

“O cabelisador”. Alisa o cabelo o mais crespo sem dôr.

Uma causa que até agora parecia impossível e que constituia o sonho dourado de milhares de pessoas, já é hoje uma realidade irrefutável.

Quem teria jamais imaginado que seria possível alisar o cabelo, por mais crespo que fosse, tornando-o comprido e sedoso?

Graças á maravilhosa invenção do nosso “CABELISADOR”, consegue-se, em conjunto com duas “Pastas Mágicas”, alisar todo e qualquer cabelo, por muito crespo que seja.

Com o uso deste maravilhoso instrumento, os cabelos não só ficam infallivelmente lisos, mas também mais compridos.

Quem não prefere ter uma cabelleira lisa, sedosa e bonita em vez de cabelos curtos e crespos? Qual a pessoa que não quer ser elegante e moderna?

Pois o nosso “Cabelisador” alisa o cabelo o mais crespo sem dôr. (*O Clarim D'Alvorada*, São Paulo, 9/6/1929:1)

O alisamento significaria a felicidade do negro, a realização de seu sonho mais profundo; seria a porta de entrada ao mundo *moderno* de pessoas *elegantes*. Daí a adjetivação contundente da invenção: “maravilhosa!...”.

Depois de um ano, este anúncio permanecia sendo veiculado no jornal *O Clarim D'Alvorada*, ganhando cada vez mais espaço, levando a pensar que o produto tinha uma imensa aceitação e, por conseguinte, a empresa fabricante do produto conquistara o mercado consumidor negro. O título do anúncio continuava sendo enfático:

Uma Invenção Maravilhosa!

“O cabelisador”

Alisa o cabelo o mais crespo sem dor

Uma causa que até agora parecia impossível e que constituia o sonho dourado de milhares e milhares de pessoas, já é hoje uma realidade irrefutável.

Quem teria jamais imaginado que seria possível alisar o cabelo, por mais crespo que fosse, tornando-o comprido e sedoso?

Graças á maravilhosa invenção do nosso “cabelisador”, consegue-se, em conjunto com duas “Pastas Mágicas”, alisar todo e qualquer cabelo, por muito crespo que seja. (*O Clarim D'Alvorada*, São Paulo, 13/5/1930).

O sentido mágico da pasta era ter o poder de subverter a lei natural do negro, seu cabelo crespo. Estava em crescente aumento o número de produtos e serviços que prometiam ao negro alcançar o padrão de beleza dominante. Além de pastas e cremes, toda uma rede de salões “afro” alimentavam este sonho:

Salão para alisar cabelos crespos
Systhema rápido, infallível e barato
Alisamos qualquer cabelo, por mais crespo que seja
São Paulo, Praça da Sé, 14 — 2º andar — sala 4. (*ibidem*, 25/1/1930)

A simulação de um diálogo cotidiano entre duas mulheres negras, que se encontraram fortuitamente, era a base da propaganda de salão situado no centro da cidade:

— Oh! D. Maria, que é que a Sra. fez, que ficou com o cabelo liso, diferente do que se vê ai pela rua?
— Ora, D. Thomazia, fui ao Instituto Dulce, e de lá sai assim, como o cabelo liso, sem caspas e sedosos.
— Oh, que achado! Por obséquio, diga-me, onde fica essa excelente casa de beleza!...
— Ali na Praça Marechal Deodoro, 41.
— Hoje mesmo irei lá, e recomendá-lo-ei às minhas amiguinhas.
Obrigada. Até loguinho, sim?! (*Progresso*, São Paulo, 28/7/1929:2)

Um instrumento específico, com efeito, pressagiava a façanha do alisamento capilar:

Zuavos
NICKELADO — é um pente de aço para alisar cabelos e custa apenas 20\$000. Vende-se nesta redação. Faz-se demonstrações grátis, as pessoas interessadas.¹⁷

Nem mesmo um branco da elite tradicional paulista ficou indiferente ao fenômeno:

Os cânones estéticos, que sempre inspiraram a Nação, são os mesmos que norteiam a todos os povos chamados ocidentais. Daí nos afastarmos, cada vez mais, dos valores africanos. A mais superficial observação demonstra a verdade do que acabamos de afirmar. Não tem mesmo outra origem o esforço desesperado que fazem os mulatos por parecerem, a todo custo, brancos e os pretos para disfarçarem, tanto quanto possível, as características da sua raça. Exemplo: a mania que se apoderou da maioria dos pretos de combater a carapinha, tornando, por meios mecânicos, lisos os seus cabelos. Isto pelo menos em São Paulo, [...] onde tendem a viver em grupo e em oposição aos brancos. (Freyre, 1959, vol. 2: 359)

No entanto, o “branqueamento estético” não se restringia ao alisamento dos cabelos, atingia a principal marca definidora de raça no Brasil: a cor da pele. Alguns produtos prometiam a proeza de transformar negro em branco mediante a despigmentação, ou seja, através do “clareamento” da pele:

Atenção. Milagre!...

Outra grande descoberta deste século, é o creme liquido. Milagre. Dispensa o uso de pó de arroz... Formula Scientifica alemã para tratamento da pelle. Clarea e amacia a cutis. (*O Clarim D'Alvorada*, São Paulo, 28/9/1930).

A procedência alemã da fórmula já garantia a qualidade do creme. A beleza alemã, ou melhor, ariana, era considerada exemplar, a qual deveria ser importada pela comunidade negra. Outra questão, não menos importante, é observar no texto de anúncio o aviso de que o produto milagroso iria substituir o uso do pó de arroz como método de “clareamento” da cutis. Não foi fortuito este aviso, porque era comum, sobretudo entre as mulheres negras, passar pó de arroz no rosto em festas requintadas, que exigia esmero na beleza plástica, conforme podemos notar no anúncio publicitário:

A's damas da elite

O melhor creme para “esterelizar a cutis”, branquear, aderir o pó de arroz, empingens, massagens, evitar panno, espinhas, etc é a pomada “minancora”. A mais bella criação dos últimos 50 annos.

Vende-se em todo o Brasil. (*Folha da Manhã*, São Paulo, 5/1/1929:2).¹⁸

Publicado na segunda página de um jornal da “imprensa branca”, o creme de poderes miraculosos seria utilizado para “branquear” a pele ou “aderir o pó de arroz” no rosto. Já o periódico *A Cigarra*, revista de maior circulação no Estado de São Paulo na época, prometia para suas leitoras a “Arte de ser Bella”:

Crème de Beauté Oriental. Pelas suas qualidades [...] embranquece, amacia e assetina a cutis, dando-lhe a transparencia da juventude. Preço 3\$000. (*A Cigarra*, São Paulo, n^oXIII, 6/7/1915).¹⁹

Segundo a mensagem sub-reptícia do anúncio, para ser bela era necessário clarear a pele. E o uso do creme proporcionaria a “transparência” e o rejuvenescimento. A ideologia do “branqueamento estético” foi um fetiche muito eficaz na alienação do negro. Oficializou a brancura como padrão de beleza e a negritude como padrão de fealdade. Representou um entrave para a formação posi-

tiva da auto-estima do negro, pois este passou a alimentar um certo autodesprezo. Ora, na ausência de modelos positivos em que pudesse se espelhar, o negro recusava sua própria natureza, desemboçando, muitas vezes, em crise de identidade étnica, descaracterizando-se, na busca pela supressão dos traços raciais afro.

Si os nossos antepassados tiveram por berço a terra africana, é preciso que se note, nós temos por berço a Patria este grande Paiz... Não somos africanos, somos brasileiros! (*O Bandeirante*, São Paulo, 9/1918:2).

O negro não se sentia mais africano e sim “latino” ou “ocidental”. A negação da ancestralidade africana deve ser entendida como um mecanismo simbólico de fuga étnica. Combinado à alienação, o recurso do “branqueamento estético” transmitia à subjetividade do negro a sensação de estar cada vez mais parecido com o modelo sancionado como superior. Portanto, foi uma tentativa de superação da inferioridade que sua cor e seus caracteres físicos representavam.

3.3. Branqueamento biológico

A ideologia do branqueamento, em certas circunstâncias, apresentava desdobramento no terreno biológico. A premissa era de que o negro melhoraria biologicamente sua raça casando com alguém mais claro. Este instrumento ideológico incidia nas relações intrafamiliares. Para se desvencilhar dos recalques, os pais incentivavam os filhos a casarem com pessoas não-negras — o ideal seria de cor branca — na esperança de que seus netos, bisnetos, e assim por diante, parecessem cada vez menos com a filiação afro-negra. Se a criança nascesse mais clara que os pais, consideravam uma vitória, porém, caso a criança fosse mais escura, sentiam-se derrotados.

Pelo fato de o discurso em prol do branqueamento ser um fenômeno que emergia na vida cotidiana da família, não conseguiríamos detectá-lo em outras fontes senão pelo resgate da história oral com negro(a)s que viveram em São Paulo no segundo quartel do século XX. Daí o papel insubstituível desencadeado pelos depoimentos de famílias negras sobre um assunto tabu. Mas por que era tabu? Porque a doutrinação desta modalidade de branqueamento apenas se registrava no âmbito da vida privada, ou seja, na sociabilidade do lar, nos ensinamentos dos pais, nos exemplos dos parentes, que jamais tomavam o escopo de discurso público:

[...] meu pai achava que as filhas tinham que casar com branco e esse era mineiro, a família mora longe “Você não casa, você não casa”, tá bom, então não casa. Mas quando ele descobriu i...a esperar a gente na porta da fábrica [...] ele não queria, ele achava que eu tinha que casar com branco: “Você não vai casar com esse negrinho, [...] só fica fazendo batuque”.²⁰

Ao incorporarem os mandamentos do “branqueamento biológico”, os pais das famílias negras realizavam uma vigilância rigorosa dos filhos. Desde os amigos do bairro até os namorados passavam pelo crivo da aprovação eugênica. “Casei em 1926 com um amigo de infância, ele era bonito e não era preto, preto chega eu” (Bosi, 1994:386).

Outrossim, esse comportamento da mulher negra foi registrado, em 1925, pelo olhar do cronista Sylvio Floreal: “As pretinhas não querem casar a não ser com mulatos”. Já as “mulatinhas, [...] só aspiram casar com homem branco” (Floreal, 1925:165).²¹

O peculiar desta ideologia foi transformar o discriminado em agente reprodutor do discurso discriminatório, colocando o negro a serviço de uma prática racista.²² Pelo enfoque estritamente psicológico, o coroamento do racismo se materializa quando a vítima assume o papel de seu próprio algoz. Em última instância, estamos diante de um quadro favorável ao “raçacídio”, que consistiria no suicídio coletivo de uma comunidade étnica, a médio e longo prazos, com armas ideológicas impostas de fora para dentro e aceitas pelos membros desta comunidade.

O branqueamento via casamento, às vezes, estava intimamente vinculado, no imaginário social, à ascensão do negro. Essa foi a relação que Maria Cristina fez:

É, [...] um preto que tá numa situação financeira boa, ele não vai procurar uma preta, pra melhorar a raça, né, vão, então, aquela riqueza vai progredindo, e tudo, ele vai procurar uma branca, porque ele quer melhorar a cor dos filhos [...].²³

Para uma sociedade de classe com mentalidade racista, o casamento misto, em particular do negro com alguém do segmento branco, representava tanto o aprimoramento da raça quanto a premiação pela vitória conquistada: a mobilidade social. A esposa ou marido brancos simbolizavam, de forma combinada, uma melhoria dupla: de raça e de classe social. Já o casamento dentro da própria comunidade étnica era concebido como ameaça, como se apreende das lembranças de Ana Pacheco:

Ninguém queria o casamento, nem meu tio né? (Sr. Benedito). Ele não gostava de preto e meu marido era preto e aí eles não gostavam de preto mesmo.

Minha mãe não gostava. Ela era escura, preta.

Eu não sei porque ela não gostava dele, nem meu tio João Domingos que era rico, morava lá, também não gostava não, ele falava: “Preto não presta menina, é uma raça suja! Olha! Preto quando não caga na entrada, caga na saída e quando não caga na entrada e na saída ele deixa um bilhete: ‘eu volto para cagar’”, ele falava isso pra mim.

Tio João falava: “Sem-vergonha! Porca! Suja! Cê vai casar com esse negro, sujar a nossa raça né? [...] casar com preto, preteando a raça cada vez mais”.²⁴

Contrariando a vontade familiar, Ana Pacheco casou-se com um negro, contribuindo para “empretecer” ou “enegrecer” ainda mais os descendentes. Na fase de namoro, o relacionamento com um negro não provocou tanta contestação como no momento em que foi anunciado o casamento. Ora, o casamento significava a constituição da família, a qual, mais cedo ou mais tarde, seria complementada pelo nascimento de filhos. Daí a preocupação dos tios João, Benedito e da mãe. As futuras gerações de negros, segundo os parentes, teriam que se distanciar ao máximo de sua origem racial. A saída apontada pelas famílias negras, geralmente, era bem intencionada: imaginavam que os filhos e os netos dos casamentos com pessoa mais clara levariam uma vida com menos dor, sofrimento e com mais chances de vencer na vida.

As frustrações raciais geradas pela ideologia do branqueamento causavam o sentimento de inferioridade no negro. Este chegava ao extremo de pensar que a cor da pele fosse alguma deformação patológica, cuja cura não tinha ainda sido descoberta:

Ele é mais preto, então, qualquer coisinha, ele é negro. Ele falava assim, que se tivesse um remédio para ficar mais claro, ele tomava.²⁵

O “branqueamento biológico” também poderia ser alcançado por métodos artificiais, “quando se descobrir a droga que poderá lavar a pele” (*Progresso*, São Paulo, 13/1/1929:4).

Havia casos cujos negros atentavam contra seu próprio corpo e empregavam recursos estapafúrdios para clarear a pele. Acreditavam que comendo barro, ingerindo muito leite, passando alvejante no corpo, tomando banhos demorados com muito sabão, não ficando exposto ao sol, diariamente, era suficiente para “desnegrecer”, vale dizer, eliminar a alta pigmentação da pele e, por conseguinte, o complexo de inferioridade. Esta vertente do bran-

queamento legitimava ideologicamente o eventual genocídio biológico do negro.

4. A Ideologia do Branqueamento nos Contos da “Imprensa Negra”

Enquanto representação do real, a literatura tem a capacidade de captar os sentimentos e desejos mais ocultos da alma humana de uma época, que não são codificados racionalmente. Já como mecanismo ideológico, a literatura cumpre o papel de transmitir os valores ideológicos da dominação, seja de classe, de gênero ou de raça.

Tendo em vista um recorte racial, é possível sustentar que alguns escritores da “imprensa negra”, no início do século XX, submetiam os textos ficcionais à orientação mais geral da ideologia do branqueamento. Na amostragem qualitativa coletada, explicaremos de que maneira este fenômeno perpassava todo o universo mágico dos contos destes autores.

Em um conto intitulado *Episódio da Revolta da Ilha de São Domingos* o autor descreve como os negros se insurgem contra a opressão escravista, conquistam a liberdade e resolvem vingar-se de todas as atrocidades cometidas pelos brancos. “Então matam, incendiam, arrazam (*sic*) tudo que no seu caminho encontram”. Todavia, é na parte central, quando é iminente a morte de uma camponesa “linda, loura, mais loura que uma filha de Albion”, que podemos desvelar o imaginário branqueador do texto.

A multidão de negros revoltosos prende a família de camponeses brancos. O líder dos revoltosos lança-se com um punhal sobre a cabeça da camponesa, mas, subitamente, um outro negro intervém:

Mas, oh milagre! Outro preto obsta que seu chefe consumma aquelle acto! Porque! Porque elle ama. Ama com toda a sua alma aquela moça. Então ella o reconheceu e suas faces que estavam lividas tornaram-se vermelhas como o carmin, teve vergonha, tinha-o insultado e agora ella via claramente aquella scena em que ella lhe dissera, no auge da raiva, — que negro não era gente, elle jurou vingar-se. Ela agora estava arrependida de o ter dito. Então negro não era gente? Por que? Seriam talvez os brancos melhores que os pretos? E ella, que sem dizer palavra, soffreu naquelle momento como soffreram os virtuosos apostolos de Christo. (*O Menelick*, São Paulo, 1/1/1916)

Surpreendido com a atitude do companheiro de luta, o líder dos revoltosos lembrou ao destemido apaixonado da lei de justiça-

mento para todo aquele que desrespeita sua autoridade. Então, este negro, em um ato de coragem, entrega-se no lugar de sua “loura” e, imediatamente, é aprisionado ao pé de uma árvore. Sem cerimônias, o infeliz foi executado, cumprindo:

[...] a terrível lei que era imposta a todos que desejavam a vida de quem quer que fosse — a morte — e elle docemente morreu, morreu como um bravo, morreu por amor de uma branca, cumprindo assim d’um modo sublime o seu juramento.

E agora junto ao cadaver puderam dizer: que os negros são tão gente como os brancos. (*idem*)

Do ponto de vista do imaginário, o personagem negro é inferiorizado em relação ao branco. Quando discriminado, aquele promete vingar-se, na primeira oportunidade, das ofensas da “loura”. Ao libertar-se dos grillhões, entretanto, o negro releva todas as humilhações que sofreu da musa de seus sonhos. Mais: expressa sua paixão avassaladora por ela. Em um gesto de amor, renuncia à sua própria vida para salvá-la.

A estrutura do conto é idílica. Estamos diante do que podemos denominar do amor impossível: um homem negro jamais seria correspondido afetivamente por uma mulher branca. O personagem negro representa a figura do anti-herói. Seu final é infeliz e trágico. Em um sentido amplo, a morte do rejeitado simboliza a extinção da raça negra, ao passo que a preservação da vida da mulher celebra o triunfo da “raça branca”. Em outra perspectiva, podemos aventar que apenas na morte o negro se iguala ao branco, ou seja, quando ele deixa de existir, não significando mais nenhum tipo de ameaça no mundo real. Somente assim haveria o reconhecimento de sua humanidade. No final, cumpria-se a profecia do branqueamento.

O conto “Quando o Coração Falla” narra a história de um negro, mais uma vez sem nome, que na adolescência, em 1899, foi convidado por alguns amigos para assistir a uma opereta na casa de espetáculo da comunidade italiana e se apaixona pela atriz principal da companhia, “a bela, garbosa e minuscula Cesira”.

Em uma das apresentações, o negro foi convidado para procurá-la no camarim do teatro. Sem delongas, assim o fez:

— Não, Cesira, não creio! Vejo que tudo isto é um sonho. É demasiada felicidade para mim!... Faça-me ouvir com tua voz maviosa, o que há pouco me dissestes... Não creio que também tu esperavas por este instante supremo. Repita-me que muito me queres... E frenético, acariciava seus perfumados cabellos fios de ouro, beijava-lhe a face encantadora, os

olhos negros, o pescoço torneado e branco, e... tornava a extasiar-me fitando-a demoradamente (*O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 3/2/1924:1)

Ao terminar o espetáculo, o negro acompanhou-a até o hotel, causando admiração entre seus amigos:

Assim, por muitos e intermináveis dias, durou o nosso *hydillio*, até que por uma fatalidade fomos obrigados a nos separar. Dessa data são decorridos 24 annos e, guardo ainda indelevel, na memoria e no coração, a lembrança desses dias. (*idem*)

A estrutura do conto é semelhante à receita do anterior. Um homem negro se apaixona por uma mulher branca e insanamente alimenta o sonho de conquistá-la. Porém, devido a uma fatalidade — não descrita — ele tem que se afastar dela, mas jamais consegue esquecê-la, ou seja, a musa encantadora, de “pescoço torneado e branco”, continua a hipnotizá-lo, sobretudo pelo seu padrão de beleza, que, daquele dia em diante, nortearia sua preferência na escolha de novos relacionamentos. Cesira passou a ser o seu ideal de mulher. Estamos diante de um caso de amor inter-racial impossível. Um dos aspectos mais importantes da “ideologia da brancura”, detectado implicitamente, consiste no fato de o negro apenas sentir-se plenamente realizado com uma branca. Impossibilitado de realizar seus planos, ele amargura na dor da saudade.

Em outro conto, batizado de “A Quem me Entender”, um negro, convidado pelos amigos, vai a uma “simples, mas encantadora reunião familiar”. No local da tertúlia, estava conversando despreziosamente com os convidados, mas, de repente, olhou para uma mulher (branca, provavelmente loira) que, inexplicavelmente, o fascinou. Foi amor à primeira vista. Ascendeu no seu coração um sentimento platônico.

No entanto,

[...] passada aquella ephemera chimera, em que fiquei totalmente subjugado por seus attrahentes olhos azues, bem poucas vezes a tenho visto. Em compensação, noticias suas jamais deixei de tel-as, portanto quanto mais tempo não a vejo mais impaciente e com saudades permaneço”. (*O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 3/3/1924:1)

Verifica-se que, novamente, o personagem negro é um sujeito sem nome; desprovido de identidade. A ausência de identidade, transportada para toda a coletividade, é o requisito básico da invisibilidade do negro. Essas características demonstram de forma ca-

bal o ideal de branqueamento dos autores dos contos escritos para os jornais da “imprensa negra”.

O último conto analisado dessa breve seleção é “O Lenço de Maria”. Ambientado na época da escravidão, narra a história de um escravo que ama sua senhora. Depois de sofrer algum tempo em função da paixão reprimida, Halibrach resolve abrir o seu coração, em um passeio pela fazenda, e declara-se para Maria:

[...] atirando-se de joelhos aos seus pés implorou a felicidade que tanto almejava.

A moça commovida pelas apaixonadas phrases que se escapavam dos labios de seu escravo, levou o lenço aos olhos para enxugar duas lágrimas! (*Getulino*, Campinas, 30/9/1923)

Embora sensibilizada com seu escravo, a Senhora não oculta o caráter utópico daquele voluntarioso caso de amor. O sentimento que aflora é de piedade pela humilhante atitude daquela infeliz criatura. Frustrado com a reação de seu amor, Halibrach resolve atentar contra sua própria vida.

— Maria, exclamou Halibrach louco, minha não serás nunca, porém, eu tambem não mais serei do mundo!

— Halibrach que vaes fazer?

— Senhora, vou matar-me...

— Oh! não, não!

— Sim Maria adeus! E que esse lenço humedecido com tuas lagrimas me acompanhe ao silencio da tumba!

E, arrebatando das mãos da moça o perfumoso lenço que ella trazia desapareceu por entre os arvoredos do jardim!

Pela manhã, quando o sol brilhante reparaiva os seus raios, doirando a selva das campinas, um corpo gelido repousava sobre um canteiro de saudades! Era Halibrach morto! Porém, elle não foi assim tão infeliz nos seus amores, porque levou para a gelidez do tumulo o lenço ainda humido das lagrimas de Maria! (*idem*)

Reproduz ficticiamente a fórmula consagrada do amor inter-racial impossível. Para Halibrach, um negro com nome de branco, sem Maria nada mais faz sentido. A “linha de cor” a separá-los é indelével. O seu fim é trágico: morre em prol de sua branca. É curioso observar que o personagem negro recebe um nome justamente no episódio em que seu papel social de sujeição ao branco é nitidamente identificado (*ibidem*).²⁶

Constatamos que a versão idílica do amor impossível do homem negro pela mulher branca pauta a mensagem simbólica dos textos. Isso revela que os contos eram um artifício de projeção do imaginário do negro no início do século XX, ou seja, o “inconsci-

ente coletivo” negro transferia no outro — mulher branca — desejos, qualidades, virtudes, enfim, valores positivos desprezados ou recusados para si.

5. O Desaparecimento do Negro

Alguns artigos da “imprensa negra” eram explicitamente favoráveis ao desaparecimento do negro. Apesar de reconhecerem a contribuição indígena e africana na formação da nacionalidade, o multirracismo era concebido como obra do passado. No Brasil, em geral, e em São Paulo, especialmente, estaria forjando-se um sistema unirracial. A construção da unidade racial, sob o eufemismo de “fusão das raças”, passaria pela diluição do sangue negro, ou seja, pela sua extinção.²⁷ A vontade destes negros era expressa da seguinte maneira:

O que devemos fazer é [...] o seguinte:

Não pretendemos perpetuar a nossa raça, mas, sim, infiltramo-nos no seio da raça privilegiada — a branca, pois, repetimos, não somos africanos, mas puramente brasileiros. (*O Bandeirante*, São Paulo, 9/1918:3)²⁸

A nacionalidade nesse novo sistema racial não seria incolor, mas branca. A campanha ideológica da elite negra em prol do branqueamento era requisito necessário para solucionar “A Questão da Raça”. Este foi o título de um artigo do jornal *Auriverde*:

Como esta surge como força negativa e anarchica, como a colaboração negra é considerada deprimente, o negro se isola, se individualiza e cria uma civilização sua, dentro da civilização alheia.

E por isso, o problema negro é considerado o problema mais serio da América do Norte.

O Brasil, abrindo-se para todas as raças e aceitando o negro como aceitou — resolveu com muito mais simplicidade o problema racial.

O negro está desaparecendo, está fundido no caminho dessa fusão, tem elle intensamente collaborado para a grandeza material e moral do Brasil.

Portanto, neste ponto, não invejamos a civilização yankee, por que, nesse ponto, obtivemos vantagens... (*Auriverde*, São Paulo, 29/4/1928:3)

O sistema racial estadunidense era evocado incessantemente para realçar as vantagens do modelo racial brasileiro, supostamente democrático. Lá, o negro enclausurou-se em guetos, tornando-se impermeável e conflituoso o contato com o branco; aqui, o negro foi aceito de braços abertos, fundindo-se no branco. A eventual “pieguice” do brasileiro facilitava o processo de branqueamento.

mento em curso, como assinala o artigo “O Sentimentalismo Brasileiro”:

Nós brasileiros costumamos orgulhar-nos da nossa bondade de coração, da nossa piedade e sentimentalismo generosos. Convictamente afirmamos em dose mais elevada que os outros povos.

Pretendendo ser mais humanos que os americanos, nós não lynchamos os negros, mas fizemos a extinguirmos completamente a raça negra, abandonando-a à ignorância, à degradação ao analfabetismo, à promiscuidade, à cachaça, à syphillis, a ociosidade.

Qual é o preferível — é sentimentalismo brasileiro ou a brutalidade americana?

O nosso sentimentalismo não é homicida?

Daqui a trinta ou cinquenta annos a raça negra está extinta no Brasil graças ao nosso sentimentalismo.

Os americanos lyncham cinquenta negros por anno. Nós matamos a raça negra inteira no Brasil. (*O Clarim D'Alvorada*, São Paulo, 28/9/1929:4)

Desta vez, o sistema racial brasileiro era colocado face ao estadunidense para sinalizar qual seria o destino do negro. Embora fosse sentimentalista, o brasileiro era insensível à morte do povo negro. Mais: ele compartilhava do projeto de extermínio não declarado daquele segmento da população. Daí a pergunta: “o nosso sentimentalismo não é homicida?”. Segundo o articulista, a execução do negro brasileiro, cuja extinção estava prevista para trinta ou cinquenta anos, operaria “por atacado” enquanto a do negro americano aconteceria “a varejo”.

A absorção biológica do negro pelo branco, gerada pela mestiçagem, seria acelerada pela imigração branca. Esta é a tônica do artigo “Desaparecerão os Pretos do Brasil?”:

Muitos carecemos de renovar o nosso sangue por meio de correntes imigratorias européias. Porque o preto brasileiro, que do contrario de seu collegas norte-americanos, faz questão em se casar com mulher branca. Daqui a três quartos de seculo pertencera ao passado. (*Progresso*, São Paulo, 13/2.29)

Para o articulista, o branqueamento era causado, também, pela atitude do negro brasileiro que, ao contrário de seus “irmãos” americanos, fazia questão de casar com mulher branca. A estimativa de tempo para extinção do negro, novamente, era apresentada: setenta e cinco anos. A imigração européia era avaliada como fonte de higienização racial do negro. Este fenômeno adquiria maior velocidade em São Paulo, conforme apuramos em “Saneamento Étnico da População Paulista”:

Não passaram despercebidos aos paulistas de quarenta anos atrás que, em vez de tentar agravar com o adicionamento de elementos de raças diversas, julgaram ser seu dever sanear e melhorar eugenicamente sua população pela introdução de grandes contingentes de sangue ariano. (*Progresso*, São Paulo, 24/11/1929)²⁹

O artigo assegura que o projeto racial da elite paulista não foi obra do acaso. Com a entrada de milhares de imigrantes europeus, implementou-se em São Paulo a operação “saneamento étnico”, baseada na eliminação de raças diversas, inclusive a negra, pela infusão do sangue ariano.

6. Negro Contra Negro

Em 1921, o Estado do Mato Grosso ofereceu concessões de terras para empresários americanos. Quando souberam do recrutamento de trabalhadores afro-americanos para ocupar tais terras, imediatamente, o presidente do Estado, um bispo católico, cancelou as concessões. O Itamarati, em medida preventiva, deliberou negar vistos diplomáticos para esses potenciais imigrantes.³⁰ Dada a preocupação da elite em evitar o “enegrecimento” do país, dois deputados federais — Andrade Bezerra (PE) e Cincinato Braga (SP) — apresentaram o Projeto de Lei nº209 no Congresso, após o episódio, em 1921, propondo a proibição da entrada de imigrantes negros. Sem apoio político suficiente, o projeto foi arquivado; todavia, a idéia permaneceu viva. Dois anos depois, um outro deputado federal, Fidélis Reis (MG), apresentou uma nova versão do projeto cuja essência continuava sendo a barreira de cor.³¹ A repercussão na opinião pública teve desdobramentos na “imprensa negra”, que mediante uma série de artigos não escamoteou sua posição sobre a matéria:

A imigração negra norte-americana prejudica a solução do problema negro brasileiro e ameaça a harmonia da raça e a paz da nação.

Estamos alistados no exercito daquelles que combatem em todo e qualquer terreno, a invasão do negro norte-americano no nosso paiz.

Apoiamos francamente attitude patriotica assumida pelo governo ante a grave ameaça da immigração negra, e a combateremos pela pena e pela palavra porque ella representa, indiscutivelmente, o maior prejuiso para a solução do problema negro brasileiro. (*Getulino*, Campinas, 23/9/1923:1)³²

Assim, quando se cogitou a imigração de negros norte-americanos para o Brasil, a “imprensa negra” reagiu com repulsa. Os motivos eram diversos. Um dos argumentos era que tais negros

transplantariam o ódio racial para nosso país, representando uma “ameaça à harmonia e à paz da nação”. Como a fusão das raças implicaria, necessariamente, o desaparecimento do negro, a entrada de negros americanos iria retardar este processo:

A vinda dos negros norte-americanos será o golpe de morte para aquela obra *mathematica*, do desaparecimento gradativo da raça negra no Brasil. (*Getulino*, Campinas, 23/9/1923:1)

Os autores destes artigos avaliavam o negro norte-americano como refratário à miscigenação; logo, sua presença no país colocaria em risco o projeto de branqueamento, embora cientes de que a imigração estava orientada politicamente por uma conotação racista: contra negros, índios e asiáticos, os articulistas defendiam a entrada de imigrantes como necessidade. Portanto, a questão devia ser colocada nos seguintes termos: qual era o imigrante mais conveniente para resolver o problema do negro?³³

Não cuidamos de saber se, por exemplo, a imigração russa nos é prejudicial ou útil. Ignoramos se nos convem ou não que para aqui afluam correntes de israelitas. Nesse ponto, podemos dizer que apenas somos unânimes quando se trata da imigração de pretos.³⁴

Apesar da dúvida quanto à qualidade étnica dos estrangeiros que entraram no estado de São Paulo, era praticamente consensual a rejeição da “immigração de pretos”. Os vários grupos étnicos aceitos pela política imigratória do estado renovavam a esperança de branqueamento. Por isso, a seleção racial passava estritamente pelo critério: ser de “raça branca”, independente da origem nacional do imigrante.

Considerações Finais

O fenômeno do branqueamento tinha a “proeza” de ocultar o racismo anti-negro que trazia na sua essência. Este fenômeno foi levado a cabo de maneira acentuada pela elite paulista no início do século XX, sendo difundido intensamente pelo discurso científico e previsões estatísticas. Já sua dimensão ideológica, penetrou e foi compactuada ou absorvida por uma fração da comunidade negra, sob a forma de branqueamento: “estético”, “biológico” e “social”. O paradigma branco de beleza, comportamento, moral, mentalidade, etiqueta e cultura, foram assimilados e reassimilados, total ou parcialmente, por alguns membros daquela comunidade. O embuste racial chegou ao extremo de alguns negros repudiarem a

hipótese do Brasil e, em particular, São Paulo, receber imigrantes do mesmo grupo racial, fossem estadunidenses ou africanos, pois temiam o “enegrecimento” do estado.

Como escreve Iray Carone, o branqueamento foi “uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se integrar (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social” (Bento & Carone, 2002:14). Em linhas gerais, essa também é a explicação de Florestan Fernandes, para quem só é possível entrar no “mundo dos brancos” passando por um “processo de abrambrancamento que é, inapelavelmente, um processo sistemático de embranquecimento” (Fernandes, 1972:16).³⁵ Contudo, é necessário repensar essa interpretação corrente de conceber branqueamento como sinônimo ou pré-requisito da integração do negro na sociedade de classes. Segundo Maria Aparecida Silva Bento, “isso decorre do fato de que essa sociedade de classes se considera, de fato, como um ‘mundo dos brancos’ no qual o negro não deve penetrar” (Bento & Carone, 2002:52). Já Angela Figueiredo vai mais longe, postulando que “quase todos nós nascemos embranquecidos, visto que há uma predominância dos aspectos da cultura branca — se é que assim podemos denominá-la — em nossa sociedade, e só enegrecem ou se tornam negros ao longo dos anos os que optam por incluir em suas vidas os aspectos identificados com a ‘cultura negra’ e se tornam curiosos em conhecer o seu passado” (Figueiredo, 2002:104).

De toda sorte, foi possível inferir que a ideologia do branqueamento no início do século XX em São Paulo deformou as relações raciais: contribuiu para desenvolver, no branco, um certo complexo de superioridade e, no negro, em contraposição, um complexo de inferioridade. Os brancos, independente da classe social, produziram uma auto-representação positiva e concebiam seus valores como naturalmente superior. Já alguns negros, construíram uma auto-imagem negativa e passaram a se avaliar como inferiores.³⁶ Na verdade, estabeleceu-se um círculo vicioso: quanto mais profundos os traumas do racismo, mais o negro ajustava seu comportamento e atitudes de acordo com a ideologia do branqueamento; quanto maior os ataques racistas, mais profundos eram os traumas. Nesse sentido, a interiorização da ideologia do branqueamento pelo negro deve ser entendida como um mecanismo psicossocial, utilizado para evitar as agruras do racismo à paulista.

NOTAS

1. O debate teórico sobre o branqueamento, no seu aspecto populacional ou “empírico” (do final do século XIX e início do século XX), pode ser encontrado em Skidmore (1976), Seyferth (1986:54; 1991). Já o debate teórico sobre o branqueamento, no seu plano ideológico ou cultural, foi ou vem sendo efetuado por Bastide & Fernandes (1959); Figueiredo (2002), Bento & Carone (2002). No plano analítico, a categoria branqueamento foi explorada rigorosamente por Hofbauer (1999).
2. Segundo Carlos Vainer, “as teses que apontam uma relativa neutralidade-indiferença do Estado brasileiro frente à *questão racial* necessitam ser revisitadas e revistas. Esse Estado, ao contrário do que geralmente se acredita (ou se quer acreditar), concebeu uma *questão racial*... o Estado se posicionou claramente por uma estratégia racista que projetava o branqueamento da população. Para tal estratégia deveriam concorrer a imigração europeia, de um lado, e a miscigenação, de outro”. Cf. Vainer (1990:113-14).
3. No entendimento de Samuel Lowrie, a porcentagem do “elemento de côr se manteve mais ou menos constante até o presente”, alcançando “cerca de 1/6 da população total do Estado”. Este autor descartava, na década de 30, qualquer possibilidade de previsão segura no sentido do branqueamento de São Paulo, argumentando que “as estatísticas que temos em mão e a relativa estabilidade da porcentagem de mulatos e negros na população através de longos períodos históricos, são provas de que o processo é moroso e não muito extenso. A seleção (racial), unicamente por si, não causaria uma rápida mudança na côr da população”. Cf. Lowrie (1938:27 e 54).
4. Apesar de o segmento negro (pretos e pardos) na cidade, em 1920, ser aproximadamente 9% da população total, o índice de natimorto (nascidos mortos) era de 12,7% em 1918; 12,4% em 1922; 13,35% em 1924; 15,9% em 1926 e 15,99% em 1928. Portanto, é possível afirmar que a mortalidade infantil, tendo por base os índices de natimortos, entre 1918 e 1928, era maior entre a população negra, exceto para o ano de 1920, cujo índice foi de 5,8%. Ver Ellis Junior (1932:9-10).
5. “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, [...] o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante” (Marx e Engels, 1998:48). Originalmente, Marx desenvolveu essa reflexão para explicar o mecanismo ideológico da dominação de classe, ou seja, mostrar como as idéias da classe dominante são hegemônicas sob o conjunto da sociedade. Como entendemos que a dominação não se revela estritamente no terreno classista, realizamos um recorte étnico-racial para operar e compreender este mecanismo de dominação ideológica.
6. Neste artigo, assimilação pode ser definida, em síntese, pelo “tipo de mudança étnica pela qual as pessoas se tornam parecidas”. Assimilação é um processo que “pressupõe que a minoria irá se adequar aos modos” de vida da maioria étnica ou racial (Cashmore, 2000: 84-5). Esta definição é apropriada para designar a situação de grupo étnico minoritário, a qual se encontrava o negro na época. Nas estimativas apresentadas por

Fernandes (1978:108), os “negros” e “mestiços” representavam na população total da capital, no mínimo 11% em 1910; 9% em 1920; e 8,5% em 1934.

7. A “imprensa branca” é uma referência aos jornais regulares da grande imprensa, de ampla circulação, produzidos majoritariamente por brancos e voltados para o público não-negro.
8. A “imprensa negra” é uma referência aos jornais alternativos que surgiram em São Paulo no pós-abolição, produzidos por negros e dirigidos à comunidade negra. Dentre esses jornais, são citados neste artigo *O Alfinete*, *A Sentinella*, *O Patrocínio*, *Progresso*, *O Clarim D’Alvorada*, *O Bandeirante*, *O Menelick*, *Auriverde* e *Getulino*. Sobre o assunto consultar Ferrara (1986).
9. “Apareceu na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro. Resultou da fusão da tabanera pela rítmica, e da polca pela andadura, com adaptação da síncopa africana. Outros o fazem uma prolação do lundu, mesclado com a toada. Era dança de salão, de par unido, exigindo extrema agilidade pelos passos e figuras rápidas, mobilidade de quadris [...]. Foi por algum tempo expoente da nossa dança urbana, tendo cedido lugar ao samba [...]” (Câmara Cascudo, 1988:486).
10. “O segmento negro em São Paulo no início do século XX não constituía um bloco homogêneo. Em linhas gerais, era possível dividi-lo em duas amplas camadas: de um lado, os negros da ‘elite’; de outro, a massa negra ‘plebéia’. A ‘elite’ negra ou ‘negros evoluídos’ eram provenientes dos estratos intermediários da estrutura de classes: jornalistas, funcionários públicos, técnicos, profissionais liberais ou especializados, em suma, os negros letrados e/ou classificados socialmente. O termo ‘elite negra’ não significa uma minoria detentora dos meios de produção material. O termo tem três sentidos específicos: primeiro; político, porque este grupo se configurou como dirigente políticos da comunidade e eram aceitos como tal pelos brancos; segundo, educacional e cultural, porque este grupo era fundamentalmente alfabetizado e considerado culturalmente ‘evoluído’; terceiro, ideológico, porque este grupo reproduzia muitos dos valores ideológicos da classe dominante. Foi este estrato da população que mantinha os jornais da ‘imprensa negra’. O segundo setor, o plebeu, era constituído por desempregados, malandros, trabalhadores braçais, doméstico(a)s, biscateiros, indigentes, prostitutas, em suma, pelos negros desqualificados socialmente” (Domingues, 2001:163-4).
11. Como observou Carlos Hasenbalg (s/d:5) “a pressão no sentido de branqueamento resulta em que negros e mulatos fazem o melhor possível para parecer mais brancos e procuram com energia dissimular ou desenfatar suas origens negróides. Naturalmente, a hierarquização das pessoas em termos de sua proximidade a uma aparência branca ajudou a fazer com que indivíduos de pigmentação escura desprezem a sua origem africana”.
12. Esta foi a forma como o articulista se referiu a José Carlos do Patrocínio, filho de José do Patrocínio (*Progresso*, 15/2/1930).
13. Carta enviada para Sr. Redactor por Zelindo (*O Alfinete*, 28/8/1921).
14. Como assevera Otávio Ianni, puritanismo “trata-se de um modo de ser e comportar-se asceticamente, com relação a algumas solicitações habituais da vida social. Não é exclusivo dos negros. A comunidade, habitualmente, conta com tais indivíduos

- os; são pessoas que personificam alguns ideais considerados elevados pela consciência coletiva” (Cardoso & Ianni, 1960:214).
15. Encontramos o discurso moralizante, de condenação ao álcool, aos jogos, bailes, também na imprensa operária, conforme “O Alcool e sua Acção” (*Tribuna Operária*, Santos, 7/8/1909:4) e na imprensa anarquista, de acordo com “Crítica ao Carnaval” (*Terra Livre*, São Paulo, 22/3/1910:3) e “O Flagello do Alcoolismo” (*ibidem*:4).
 16. Nas reflexões de Wilson do Nascimento, “o abandono dos valores éticos e estéticos de sua própria cultura é, pois, o coroamento do processo de assimilação. E, na verdade, as instâncias ética e estética são o que existe de mais elevado em cada cultura. Ao abandonar tais valores, o assimilado está, para sua cultura de origem, desde então, morto”. Ver Nascimento (1985:44).
 17. *O Clarim D’Alvorada*, São Paulo, s/d. Este anúncio reiteradamente era veiculado: “20\$000 Importancia única para se adquirir um dos famosos pentes de aço, para alisar cabellos sem dor e sem perigo — telephonem, hoje mesmo, para 2-1706 ou nesta redacção: rua Major Diogo, 131” (*ibidem*, 24/11/1929:2).
 18. Apesar de muitos desses produtos terem uma finalidade terapêutica, eram usados com a perspectiva de “desnegrecimento”.
 19. Em anúncio publicitário, veiculado em outro número da mesma revista, o tom era semelhante: “Angelica. A ‘Angelica’ é a agua que faz a cutis branca em poucos momentos sem prejudicial-a, tornando-a suave e fresca. Casa Lebre & Cia. Rua 15 de Novembro” (*A Cigarra*, São Paulo, nºXI, 7/10/1914).
 20. *Memória da Escravidão em Famílias Negras no Estado de São Paulo* (MEFNESP), entrevista com Geraldinha Maria Patrício da Luz, Caixa 5, Vol. 30, São Paulo, 1987, p. 9.
 21. Apesar do desejo da “brancura” de algumas mulheres negras e “mulatas”, não podemos superestimar a existência de casamentos inter-raciais em São Paulo, pelo menos na década 20, como foi assinalado pelo próprio Sylvio Floreal, que foi testemunha ocular do processo em curso: “Mas a verdade triste é que o número das mulatinhas que conseguem casar de accôrdo com o seu sonho de brancura é tão resumido, que melhor fôra que elas, castigadas pelas rudes experiencias e levadas como tem sido, pela via de amargura da perdição, abandonassem essa tão desastrada mania! Entretanto, tal mania instalada na ansia e nos caprichos dessas creaturinhas, constitue a razão de ser de suas vidas” (*ibidem*:167).
 22. “Eu sempre fui solteira, por duas razões: não queria ter filho preto, porque sofre muito, e também não gostava de homens da minha cor”. Cf. Bernardo (1998:62).
 23. *MEFNESP*, entrevista com Maria Cristina Tejada, Caixa 5, Vol. 33. São Paulo, 1987, p.56.
 24. *MEFNESP*, entrevista com Ana Pacheco de Oliveira Almeida, Caixa 3, Vol. 24, Jaboticabal (Córrego Rico), 1987, p. 34-37-51-52. Os argumentos usados pelo tio João Domingos para abominar o noivo tinha uma forte conotação preconceituosa. Operava-se o que se classifica como expurgo. Como recurso para sentir-se menos negro, o tio João Domingos projetava e transferia no marido da sobrinha tudo aquilo que ele odiava em si mesmo. Frustrado em suas expectativas, o tio João Domingos desloca suas ofensas para a sobrinha, Ana Pacheco, tachando-a, entre outras coisas, de suja. Esta adjetivação negativa para se referir à pessoa negra estava em oposição à estereoti-

pia positiva de limpo, normalmente ligado à “raça branca”. Como assevera Wilson do Barbosa, “quando a alienação gerada pela assimilação não produz os frutos desejados, o ódio dos assimilados dirigir-se-á contra a comunidade negra, testemunha indesejável e fonte efetiva de seu êxito apenas parcial. Destrói-se em cada negro aquilo que ainda há de negro em si próprio” (Barbosa, 1985:43).

25. *MEFNESP*, entrevista com Maria Francisca Bueno, 106 anos, moradora de Rio Claro.
26. O curioso é que não se observavam enredos centrados em relacionamentos amorosos envolvendo homem brancos e mulheres negras.
27. Sobre essa questão, consultar Seyferth (1996).
28. O artigo “Fusão das Raças” era emblemático: “Como apressar a fusão das raças no nosso país? Sera these utópica e idealista, ou corresponde realmente esse anseio a uma necessidade nacional?! Não há tergiversar que salta a vista, ser problema nacional a fusão das raças, no Brasil. Um povo só se faz ‘nação unida’ quando dispõe de principios homogeneos civis, políticos ou religiosos, mas a nação só se faz forte só se funde em irmandade de sangue, sentido-se — ‘uma’ — em todo e em cada indivíduo. [...] com a diversidade das raças que para elle [Brasil] emigram, um dique e um limite, tendem a accentuar diversamente, os habitos e o futuro dos varios elementos da federação. E a crescer essa diversidade, na razão directa della, virá o enfraquecimento nacional” (*Getulino*, Campinas, 7/10/1923:1).
29. A denúncia do ideal de branqueamento impetrada pela elite política ou intelectual continuava: “Miguel Pereira e Belisario Penna affirmaram que e o Brasil um vasto hospital. E nos tememos affirmar que esse vasto hospital deriva da doença mais grave, que é o preconceito de raça e de côr, enfim a dor da mentalidade dos nossos dirigentes, deixando que pereça toda uma gente que e precisa ser substituída, porque é mestiça, porque é negra e devera ser branca, custe o que custar, mesmo a custa do esfacelamento do Brasil, pela vasa do aryanismo internacional immigrado” (*O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 9/6/1929:1).
30. Ao consultar o arquivo do Itamarati, Jeff Lesser constatou que, em 1921, “o ministro das Relações Exteriores, José Manoel de Azevedo Marques, temendo a entrada de afro-americanos no País, instruiu a Embaixada do Brasil em Washington e os consulados a recusar vistos para todos os ‘imigrantes negros destinados ao Brasil’” (Lesser, 1994:85).
31. Uma análise desses projetos encontra-se em Skidmore (1976:212-16) e em Souza Ramos (1996:65-8). Como afirma este autor, para a elite “o risco da imigração de negros norte-americanos, para além de sua suposta inferioridade racial, consistia na possibilidade de que não se fundissem, seja fisicamente ao trabalhador nacional, seja simbolicamente à cultura brasileira” (*ibidem*:79).
32. “Fomos sempre, intransigentemente, contrarios á entrada dos negros norte-americanos no Brasil, isso porque não era um individuo que buscava agasalho em nossa Patria, mas um bando de homens que prentendia invadir a nossa terra, trazendo além da diferença de costumes, de habitos, de tradições e de lingua, o odio indomavel à raça branca existente nos negros ‘yankees’” (*Getulino*, Campinas, 24/2/1924:1). Ver, também, 30/9/1923.

33. Quando Ford resolveu montar uma unidade exploratória dos recursos minerais e reservas naturais no norte do país em 1929, voltou aos noticiários a polêmica da imigração de negros americanos. Os jornais eram radicalmente contra que se importasse trabalhadores negros. “Os comentários a respeito da propalada emigração de negros americanos para o Pará (concessões do Tapajos) promovida pela empresa Ford parece que foram precipitadas (*Progresso*, São Paulo, 28/7/1929).
34. “Colônias estrangeiras” (*Progresso*, São Paulo, 31/1/1930:1).
35. Tal assertiva, igualmente, encontra-se em Cardoso & Ianni (1960:224).
36. Roger Bastide destacou a ambigüidade da ideologia racial construída pelos negros: “há pois uma ambivalência nessas ideologias, um flutuação entre o racismo puro, o orgulho da cor, e um sentimento de inferioridade, que leva à imitação do branco, à adoção dos seus pontos de vista, e à tentativa de apresentar a imagem de um negro branco” (Bastide & Fernandes, 1959:167).

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Dunshee de (1941). *O Cativoiro (Memórias)*. Rio de Janeiro, s/ed.
- AGUIAR, Jaime (1956). *Um Passado Distante*. São Paulo, mimeo.
- AMARAL, R. Joviano (1991). *Os Pretos do Rosário de São Paulo*. São Paulo, João Scortec-ci Editora.
- AMERICANO, Jorge (1957). *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. São Paulo, Sarai-va.
- (1962). *São Paulo nesse tempo(1915-1930)*. São Paulo, Melhoramentos.
- ANDREWS, George Reid (1998). *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução de Magda Lopes. Bauru, SP, EDUSC.
- AZEVEDO, Eliane (1990). *Raça: Conceito e Preconceito*. São Paulo, Ática.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento (1985). O Problema do Negro na História do Brasil. Salvador, Conferência na Universidade Federal da Bahia, mimeo.
- (1985). A Identidade do Negro no Brasil. São Paulo, Conferência na Universidade Católica, mimeo.
- BASTIDE, Roger (1974). *As Américas Negras. As Civilizações Africanas no Novo Mundo*. Tradução de Eduardo de Oliveira e Oliveira. São Paulo, EDUSP/Difel.
- (1943) “Introdução ao Estado de Alguns Complexos Afro-Brasileiros”. *Revista do Arquivo Municipal*, XC (maio-junho), pp. 7-54.
- (1951). “A Imprensa Negra do Estado de São Paulo”. *Boletim de Sociologia*, nº2, FFLCH/USP, São Paulo, pp. 50-78.
- & FERNANDES, Florestan (1959). *Brancos e Negros em São Paulo* (2ªed.). São Paulo, Ed. Nacional.
- BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs) (2002). *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- BERNARDO, Teresinha (1998). *Memória em Branco e Negro: Olhares sobre São Paulo*. São Paulo, EDUC/Editora da Unesp.
- BOSI, Ecléa (1994). *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. (3ªed.). São Paulo, Companhia das Letras.

- CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio (1960). *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco e outros (19??). “Abolição e Branqueamento”. *Ciência Hoje*, Encarte Especial, suplemento, vol. 8, nº48, pp.28-30.
- CASHMORE, Ellis (2000). *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo, Summus.
- DENIS, Pierre (19??). *O Brasil no Século XX*. Lisboa, Antiga Casa Bertrand.
- DOMINGUES, Petrônio José (2001). Uma História Não Contada. Negro, Racismo e Trabalho no Pós-Abolição. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP.
- ELLIS Jr, A. (1934). *Populações Paulistas*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- (1933). *Pedras Lascadas* (2ªed.). São Paulo, Piratininga.
- FANON, Frantz (1983). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Adriano Caldas. Rio de Janeiro, Fator.
- FERNANDES, Florestan (1978). *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. (3ªed.). São Paulo, Ática.
- (1972). *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difel.
- FERRARA, Mirian Nicolau (1986). *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*. São Paulo, Ed. FFLCH-USP, Coleção Antropologia, nº13.
- FIGUEIREDO, Ângela (2002). *Novas Elites de Cor*. São Paulo, Annablume/CEAA.
- FLOREAL, Sylvio (1925). *Ronda da Meia-Noite*. São Paulo, Cupolo.
- FREYRE, Gilberto (1959). *Ordem e Progresso*. (2ºTomo). Rio de Janeiro, José Olympio.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (1998). *Famílias Negras em São Paulo: Vivências, Representações e Lutas (1890-1980)*. São Paulo, Relatório apresentado ao CNPq.
- HASENBALG, Carlos A. (1990). Notas sobre Relações de Raça no Brasil e América Latina. Trabalho apresentado no I Encontro sobre Gênero e Raça, São Paulo, mimeo.
- HOFBAUER, Andreas (1999). Uma História de Branqueamento ou o Negro em Questão. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP.
- LAMBERG, Mauricio (1896). *O Brasil*. Tradução de Luiz de Castro. Rio de Janeiro, Lombaerts.
- LEITE, José Correia (1992). *E Disse o Velho Militante José Correia Leite — Depoimentos e Artigos*. Cuti (org.). São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura.
- LESSER, Jeff (1994). “Legislação Imigratória e Dissimulação Racista no Brasil (1920-1934)”. *Archê*, nº8, pp. 79-98.
- LOBATO, Monteiro (1945 [1926]). *O Presidente Negro ou O Choque das Raças*. São Paulo, Clube do Livro.
- LOWRIE, Samuel (1938). “O Elemento Negro na População de São Paulo”. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 4, nº8, pp. 5-56, junho.
- MACIEL, Cleber da Silva (1997). *Discriminações Raciais. Negros em Campinas (1888-1926)*. Campinas, CMU/Unicamp.
- MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (1996). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Centro Cultural do Banco do Brasil e Editora da Fiocruz.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998). *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes.
- (1969). *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MOREIRA, Renato Jardim e LEITE, José Correia. (s/d). *Movimentos Sociais no Meio Negro*, mimeo.

Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior...

- MORSE, Richard M. (1970). *Formação Histórica de São Paulo (De Comunidade a Metrópole)*. São Paulo, Difel.
- MOURA, Clóvis (1988). *A Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo, Ática.
- (1994). *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo, Anita Garibaldi.
- (1977). *O Negro, de Bom Escravo a Mau Cidadão?* Rio de Janeiro, Conquista.
- MUNANGA, Kabengele (1998). A Utilização dos Conceitos Raça e/ou Etnia no Processo de Pesquisa e suas Conseqüências Epistemológicas. São Paulo, Conferência na PUC, mimeo.
- (1998). “Teorias sobre o Racismo”. *Irr*: Carlos Hasenbalg e outros (orgs.), *Racismo: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Estudos e Pesquisas, EDUFF, pp.43-65.
- PENTEADO, Jacob (1962). *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma Época)*. São Paulo, Martins.
- (1963). *Memórias de um Postalista*. São Paulo, Martins.
- PRADO, Paulo (1944). *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. (5ªed.). São Paulo, Brasiliense.
- PINTO, Regina Pahim (1993). O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP.
- RIBEIRO, João (1923). “Branços de Toda Cor”. *Revista do Brasil*, 24(96), pp. 377-379, dez.
- SALLES, Iraci Galvão (1995). República: A Civilização dos Excluídos (Representações do “Trabalhador Nacional”: 1870-1920). Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos (1998). *Nem Tudo Era Italiano. São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo, Annablume/FAPESP.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1995). *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Quêstão racial no Brasil(1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEYFERTH, Giralda (1986). “A Estratégia do Branqueamento”. *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 25, jul./ago., pp. 54-56.
- (1991). “Os Paradoxos da Miscigenação: Observações sobre o Tema Imigração e Raça no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº20, pp. 165-185, junho.
- SILVA, José Carlos Gomes da (1990). Os Sub Urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo (1900-1930): Cotidiano, Lazer e Cidadania. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp.
- SILVA, Martiniano J. (1995). *Racismo à Brasileira; Raízes Históricas*. São Paulo, Anita Garibaldi.
- SKIDMORE, Thomas E. (1976). *Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- VAINER, Carlos B. (1990). “Estado e Raça no Brasil. Notas Exploratórias”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº8, pp. 103-117.
- VIANNA, Oliveira (1956). *Evolução do Povo Brasileiro*. (4ªed.). Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- VILLAS-BOAS, Gláucia e GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.) (1995). *O Brasil na Virada do Século*. Rio de Janeiro, Relume/Dumará.